

Pedagogia Feminista: O Caso do Programa de Formação Sociopolítica “Cidadania e Direitos das Mulheres”

Suênia Pinto¹
Sandra Montenegro²

Resumo: O presente artigo analisa como se configuram as práticas educativas no âmbito do feminismo, a partir das experiências formativas desenvolvidas no Programa de Formação Sociopolítica “Cidadania e Direitos das Mulheres”. Com isso, busca-se evidenciar como a pedagogia feminista com seus métodos e conteúdos específicos, embasados na realidade e experiências femininas e numa perspectiva de gênero, ao envolver as mulheres como protagonistas do processo de ensino aprendizagem, contribui significativamente para o processo de fortalecimento, autonomia e empoderamento das mulheres, de modo que essas possam incidir de maneira crítica e reflexiva na desconstrução da cultura patriarcal e na promoção da equidade de gênero. O artigo busca a partir do arcabouço teórico de gênero, sobretudo de Joan Scott, evidenciar as contribuições da práxis educacional feminista na desconstrução da lógica androcêntrica que permeia a educação e na emancipação das mulheres como sujeitos do conhecimento. O processo de pesquisa de campo abrangeu observação participante e aplicação de questionários numa turma de 20 mulheres no bairro de Brasília Teimosa, Recife/PE. As entrevistadas apontaram entre outras questões, a relevância do processo de formação sociopolítica feminista para o fortalecimento e empoderamento das mulheres no enfrentamento ao machismo e a violência de gênero.

Palavras chaves: Gênero, Educação, Feminismo.

1. Introdução

O presente artigo busca realizar uma reflexão sobre o papel da pedagogia feminista no processo de empoderamento, autonomia e fortalecimento sociopolítico das mulheres. Dessa forma, objetivou analisar como se configuram as práticas educacionais ancoradas na perspectiva feminista, a partir das experiências de formação realizadas no âmbito do Programa de Formação Sociopolítica: Cidadania e Direitos das Mulheres, promovido pela Secretaria da Mulher do Recife.

No Brasil, a conquista de direitos civis, sociais e políticos para as mulheres teve e tem no movimento feminista o grande elemento reivindicador e impulsionador. Questões que antes eram consideradas inalcançáveis, hoje fazem parte do cotidiano de muitas brasileiras, que vão desde o direito a cursar uma universidade e escolher uma

¹ Concluinte do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. suenia.secmulherpe@gmail.com

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. sandra.montenegro@yahoo.com.br

profissão, eleger e ser eleita, ter maiores oportunidades de trabalho, decidir sobre seu próprio corpo e sexualidade, entre outras questões. Estes avanços representaram a saída das mulheres do confinamento dos espaços privados e uma maior inserção na vida pública.

O feminismo configura-se como a ação política das mulheres no combate à discriminação e opressão feminina, tendo por objetivo a desconstrução da cultura patriarcal, a promoção dos direitos das mulheres e a equidade de gênero. Tal movimento busca o empoderamento e autonomia das mulheres como protagonistas de sua própria vida e pressupõe a transformação das relações de poder entre homens e mulheres.

Tendo em vista que a educação tem se constituído como elemento estratégico e fundamental para o processo de empoderamento das mulheres, o movimento feminista tem ao longo dos anos, atuado por meio de estratégias de formação e metodologias próprias e específicas, por meio de seminários, debates, rodas de diálogo, cursos, etc., a partir de uma perspectiva da educação popular e da teoria feminista, que partem das experiências concretas de vida das mulheres.

Nesse sentido, a formação educacional político feminista objetiva a construção de sujeitos autônomos que incidam significativamente nos processos de transformação da sociedade em prol da equidade de gênero. De acordo Silva (2010) apud Ávila (2005) o feminismo como pensamento crítico e como ação política, possui uma ação pedagógica embasada na teoria sobre as relações de gênero, voltada ao empoderamento e organização política das mulheres.

O conceito de gênero como categoria elaborada pela teoria feminista, constitui-se como útil para compreensão da origem das desigualdades e as relações de poder entre homens e mulheres, na medida em que define o conjunto de atributos construídos culturalmente para designar papéis e comportamentos pré-estabelecidos que mulheres e homens devem desempenhar na sociedade. Tal conceito nos permite compreender que as desigualdades existentes entre homens e mulheres são construções socioculturais e históricas e não produto de suas diferenças biológicas e nos ajuda a compreender a origem das dificuldades que as mulheres enfrentam no acesso à vida pública, ao trabalho, educação, política, etc.

Partindo da constatação de que as mulheres foram historicamente invisibilizadas e explicadas a partir de uma teoria social androcêntrica e tinham suas posições sociais derivadas das posições dos homens (pai, irmão, marido), não possuindo relevância no processo de investigação científica, o conceito de gênero foi elaborado pelas teóricas feministas acadêmicas, conforme Scott (1989) afirma:

O gênero era um termo proposto por aquelas que defendiam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina. As pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente. (SCOTT, 1989, p.3).

Tendo como pressuposto o conceito de gênero e suas intersecções de classe, raça e geração, o presente trabalho buscará a partir do arcabouço teórico de gênero destacar a importância da pedagogia feminista no processo de empoderamento e autonomia das mulheres.

Buscou-se ainda analisar como se configura a pedagogia feminista desenvolvida no âmbito do programa Cidadania e Direitos das Mulheres e refletir se a participação das mulheres nesses processos formativos trouxe mudanças relevantes em suas perspectivas e visões de mundo, especialmente no que diz respeito aos direitos das mulheres. Com isso, procura-se demonstrar a importância da perspectiva de gênero nas estratégias educativas direcionadas às mulheres, destacando sua importância no processo de empoderamento e autonomia das mesmas.

Dessa forma, este trabalho se propõe a análise dos processos formativos dirigidos às mulheres, onde estas desempenham importante papel no processo de ensino aprendizagem não como receptoras passivas, mas como sujeitos, protagonistas e participantes ativas na proposição de métodos, conteúdos, etc. de modo que possam incidir na promoção equidade de gênero e no combate às raízes que sustentam a sociedade patriarcal.

A fim de apresentar os resultados da pesquisa de campo, o artigo divide-se em duas partes: a primeira delas contextualiza o que se constitui como pedagogia feminista e seu processo de constituição no âmbito do movimento feminista, além do conceito de gênero que embasa esta prática pedagógica. Ao mesmo tempo, buscará discorrer

brevemente sobre como se configuram as práticas educacionais em espaços não formais de educação.

A segunda parte encontra-se estruturada em torno das análises acerca do papel da prática pedagógica feminista no processo de autonomia e empoderamento das mulheres, indicando entre outros aspectos, ser esta uma perspectiva de educação dialógica e estratégica voltada para a emancipação das mulheres como sujeitos protagonistas na transformação da sociedade.

2. Referencial Teórico

Uma das primeiras bandeiras de luta do movimento feminista foi o direito à educação formal, sua conquista demandou uma intensa militância das mulheres. Toda a conjuntura política e social que permitiu o início da escolarização das mulheres no Brasil está associada inexoravelmente à ação de muitas mulheres que lutaram para efetivar o direito à educação como é o caso de Nísia Floresta, entre outras que foram imprescindíveis para a garantia do acesso das mulheres à educação no país.

Contudo, a luta pelo direito à escolarização das mulheres, esbarrava na cultura patriarcal que ancorada numa ciência androcêntrica, as consideravam como intelectualmente inferiores. Com isso, a educação inicial ofertada às mulheres, sobretudo das elites brancas, visava atender aos estereótipos femininos de cuidado da casa e dos filhos, de preparação para o matrimônio e maternidade.

Longe de ser uma educação que promovesse sua autonomia e empoderamento, as ações educativas facultadas às mulheres tratavam de propagar ideologias e crenças machistas. Assim, seguindo a lógica da cultura patriarcal, o currículo era diferenciado para meninas e meninos. De acordo com Tomaz Tadeu (2005, p.92) “Os currículos eram desigualmente divididos por gênero. Certas matérias e disciplinas eram consideradas naturalmente masculinas, enquanto outras eram consideradas naturalmente femininas”.

Com efeito, é pertinente salientar que, apenas o acesso à educação formal não foi suficiente para excluir todas as desigualdades de gênero e demais barreiras enfrentadas pelas mulheres em seu processo de formação daquela época até os dias atuais. O sexismo presente nos currículos, livros didáticos e práticas pedagógicas aponta o longo caminho a se percorrer no sentido de uma educação não sexista que promova a equidade de gênero.

A atual presença majoritária das mulheres em todos os níveis educacionais ainda não significa necessariamente a existência de práticas educativas não sexistas ou comprometidas com a superação dos estereótipos de gênero. No Brasil, se mantém uma educação discriminatória reproduzindo padrões sexistas e as desigualdades de gênero ainda permeiam as instituições escolares de diferentes formas através do currículo, conteúdos, métodos, etc.

Nesse sentido, faz-se necessário refletir sobre o papel da instituição escolar na reprodução das desigualdades de gênero e perpetuação do patriarcado. Tal instituição, que não se constitui numa instância neutra e imparcial, contribui em certa medida, para legitimação e manutenção das desigualdades de gênero na medida em que reproduz em sua prática cotidiana, padrões estereotipados de comportamentos masculinos e femininos pré-existentes na sociedade.

Como espaço legítimo do exercício da violência simbólica onde se inculca de maneira dissimulada os valores da cultura dominante, a escola legitima representações arbitrárias do masculino e feminino e padrões de comportamentos considerados adequados aos mesmos, delegando papéis rigidamente diferenciados a meninas e meninos. Seja através da quase ausência de políticas educacionais que contemple uma educação não sexista, seja através da ação e trabalho pedagógico cotidiano, a escola tem funcionado como aparato de reprodução da dominação masculina e das desigualdades de gênero: o conteúdo, o currículo (oficial e oculto), os métodos, os conceitos, as falas, atitudes, expressões e comportamentos dos profissionais de educação, muitas vezes encontram-se impregnados de concepções e representações tradicionais do masculino e do feminino, onde a mulher ainda ocupa um papel subalterno no âmbito das relações de gênero. As brincadeiras, os brinquedos, os jogos, os livros e materiais didáticos, por exemplo, reforçam a lógica binária subjacente aos papéis de gênero, legitimando discriminações e desigualdades entre homens e mulheres na sociedade.

Muitos/as educadores/as ao não problematizar em sua prática pedagógica cotidiana, determinados conteúdos e comportamentos que naturalizam as desigualdades entre homens e mulheres, organizam o cotidiano educacional segundo o princípio de visão androcêntrica, corroborando com a reprodução da dominação masculina e do patriarcado.

Mediante a ação e trabalho pedagógico (estratégias educativas, conteúdos programáticos, métodos de ensino, avaliações etc.) a escola funcionando sob a égide do modelo androcêntrico, contribui para acentuar e reproduzir concepções hegemônicas de masculinidade e feminilidade, colocando o homem como ser ativo, racional, forte e a mulher como passiva, emocional e frágil, legitimando as relações de poder e dominação onde as mulheres ocupam uma posição de inferioridade.

Com efeito, no âmbito da educação não formal, realizada no contexto dos movimentos sociais, situam-se experiências educativas ancoradas numa perspectiva de gênero, como a pedagogia feminista voltada ao empoderamento e organização política das mulheres.

De acordo com Silva (2010) a educação ou pedagogia feminista diz respeito à aprendizagem acerca da teoria das relações de gênero, bem como o processo formação de sujeitos autônomos que contribuam de maneira significativa na transformação da sociedade em prol da equidade de gênero. Além disso, constitui-se no próprio processo de fortalecimento do movimento feminista. A ação política feminista como ato pedagógico voltado ao empoderamento e organização política das mulheres, orienta-se pela perspectiva da educação popular e pela teoria feminista.

Nesse sentido, uma educação que fortaleça a autonomia das mulheres foi preocupação de diversas feministas ao longo do tempo. Propostas de pedagogias feministas surgiram no âmbito das organizações feministas com o investimento nos grupos de formação com a finalidade de desenvolver um trabalho educativo para contribuir com a ação política das mulheres em uma perspectiva transformadora e emancipatória.

Desse modo, a educação e processos formativos sempre fizeram parte do processo de auto-organização das mulheres e de constituição do movimento feminista. Já nas décadas de 1970 e 1980, o feminismo se organizava através de grupos de reflexão, rodas de diálogo, debates, oficinas e seminários, num constante processo de formação política ancorada numa perspectiva educacional emancipatória e libertadora voltada ao fortalecimento das mulheres.

No início dos anos 1990 multiplicaram-se os espaços de atuação feminista com a criação de Organizações Não Governamentais (ONGs). Com isso, houve um intenso

trabalho educativo de formação que viesse a contribuir com a ação política das mulheres numa perspectiva transformadora. Esse momento inicial no trabalho das ONGs exigiu estratégias de formações sobre a autonomia política das mulheres mediante metodologias específicas.

Assim, surgiram estratégias de ações educativas, onde as mulheres passaram a se reconhecer e serem reconhecidas como sujeitos do conhecimento. Dessa maneira, a práxis educacional feminista tem se consolidado como processo dialógico que através de uma didática própria, parte das experiências femininas como condição de vivência de gênero subalterno, estimula a reflexão e contribui com o processo de formação, autonomia e empoderamento das mulheres. A educação não sexista, emancipatória e libertadora das mulheres como sujeitos políticos se constitui numa ação política do feminismo por excelência.

Segundo Silva (2010, p. 12) “A educação feminista deve contribuir com a formação das mulheres para ação política transformadora de si mesmas e do mundo”. Dessa forma, a pedagogia feminista encontra-se fundamentada na análise das desigualdades de gênero entre homens e mulheres e também entre mulheres, e seu processo pedagógico centrado na emancipação das mulheres como pessoas e como coletivo.

O conceito de gênero refere-se a uma categoria de análise que diz respeito às diferenças de ordem sociocultural que se observam nas relações entre homens e mulheres, produzidas no âmbito das instituições e das práticas cotidianas dos indivíduos, sendo, portanto, social e culturalmente produzido.

A partir da década de 70, este conceito passou a ser utilizado no meio acadêmico como uma tentativa de desvincular as desigualdades entre mulheres e homens de explicações baseadas no sexo biológico. Segundo Scott (1989, p. 21) “Gênero deve ser visto como elemento constitutivo das relações sociais, baseadas em diferenças percebidas entre os sexos, e como sendo um modo básico de significar relações de poder”.

Dessa forma, conforme aponta Scott (1989, p.7), gênero “é uma maneira de se referir as origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres”, ou seja, constitui-se num sistema de significados que estrutura definições normativas de feminilidades e masculinidades que determinam espaços específicos para

homens e mulheres na sociedade. Assim, o conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais elaboradas tendo em vista a diferença biológica dos sexos, permitindo abandonar a explicação da natureza como responsável pelas desigualdades que existem entre homens e mulheres na sociedade.

O termo gênero se refere à construção social da identidade sexual, construção que designa às pessoas diferentes papéis, direitos e oportunidades, de acordo com seu sexo; enquanto o sexo se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres. As diferenças de gênero são constituídas hierarquicamente: a construção social do ser homem tem um maior status que a construção social do ser mulher. (SOARES, 2004, p. 113).

Portanto, o conceito de gênero é uma categoria de análise útil para compreender as desigualdades entre homens e mulheres, na medida em que as relações de gênero são estabelecidas a partir de uma hierarquia traduzida nas relações de poder, tendo como consenso a supremacia do homem. Segundo Scott (1989, p. 26) “Gênero como um modo de significar relações de poder constitui numa dimensão decisiva de organização da igualdade e da desigualdade. As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensão generalizadas da relação entre o masculino e o feminino”.

O gênero é ainda uma categoria relacional constituída partir da interação e relações estabelecidas entre homens e mulheres, envolvendo, também, as perspectivas das interseção com outras categorias: classe, raça, etnia, e orientação sexual. Quando empregamos o termo gênero, ou relações de gênero, estamos tratando das relações de poder entre homens e mulheres. O gênero é assim, um termo relacional, que nomeia a interação entre o masculino e o feminino.

Dessa forma, gênero é uma categoria relacional e insere-se no campo das relações de poder porque orienta a organização da sociedade. Compreender o conceito de gênero é fundamental para visualizar de uma forma abrangente como se configuram as desigualdades entre homens e mulheres e traçar estratégias para erradicar tais desigualdades na sociedade.

Nesse sentido, existem, três aspectos que constituem a educação feminista: o arcabouço teórico acerca das questões de gênero a fim de interpretar a realidade das

mulheres, a formação que objetiva promover o empoderamento e autonomia das mulheres como protagonistas de mudanças na sociedade e também o fortalecimento do feminismo enquanto sujeito político coletivo, ou seja, enquanto movimento social. De acordo com Silva (2010, p.11) “O feminismo é um modo de olhar o mundo que busca articular a análise das desigualdades de gênero, raça e classe no intuito de transformá-las, e que, por isso, exige coerência entre construção teórica e luta social pela transformação”.

A perspectiva pedagógica do movimento feminista ancora-se nos princípios pedagógicos da educação popular e na teoria feminista. Ao considerar as mulheres como sujeitos autônomos, críticos e reflexivos capazes de promover a transformação da sociedade, a pedagogia feminista parte da própria experiência das mulheres, afirmando o caráter político da educação. Assim, a participação das mulheres nos objetivos, conteúdos, métodos e em todo o processo de ensino aprendizagem denota uma relação pedagógica horizontal e dialógica.

Um dos fundamentos da práxis educacional feminista consiste na dialogicidade, ou seja, ouvir as mulheres no processo de formação e partir das suas próprias experiências cotidianas, considerando-as como sujeitos do conhecimento. Além disso, a dimensão da subjetividade deve ser levada em consideração na pedagogia feminista. Segundo Silva (2010, p. 16) apud Gouveia e Portella (1999) “A microdimensão social da esfera privada dos afetos e sexualidade é pensada num lugar onde as relações de poder estão presentes e devem ser tratadas politicamente”. Assim, a subjetividade constitui elemento central na constituição da identidade do feminismo e de acordo com Silva (2010, p. 18) “Na educação feminista há que se estabelecer uma relação dialética entre autoconhecimento e vida social, entre aprofundamento da reflexão pessoal sobre si mesma, construção do conhecimento sobre as mulheres e ação política transformadora”.

Além disso, o feminismo como sujeito político coletivo voltado para promoção da equidade de gênero na sociedade, comporta múltiplas especificidades, identidades e singularidades, contemplando diferentes segmentos de mulheres tal como mulheres negras, lésbicas, trans, etc.

O feminismo como pensamento crítico e ação política, objetiva o engajamento político das mulheres através da formação pedagógica com o intuito de empoderá-las. A ação política educativa feminista cotidiana parte do diálogo com as mulheres como

sujeitos sociais, através de uma metodologia educativa transformadora, apropriada e adequadas às demandas, condições, necessidades e especificidades das mulheres, historicamente escamoteadas pelo processo de ensino aprendizagem formal.

A formação feminista deve contribuir, portanto, para a reflexão crítica as mulheres sobre suas próprias experiências e realidades de forma a criar alternativas para suas vidas e para sua atuação no sentido de transformação da sociedade.

Pensar a pedagogia feminista é pensar a relação entre educação e movimentos sociais, e em processos de formação com concepção pedagógica, conteúdos, objetivos, metodologia e estratégias educativas específicas e diferenciadas, realizados através de diferentes mecanismos como oficinas, rodas de diálogo, debates, grupos de reflexão, seminários e processos coletivos. Assim, a pedagogia feminista se aproxima da educação popular como concepção educacional emancipatória e libertadora, na medida em que possui um trabalho educativo vinculado à ação política das mulheres.

Segundo Giddens (2000, p.357) “Um movimento social pode ser definido como uma tentativa coletiva para promover o interesse comum ou alcançar um objetivo comum, através da ação coletiva fora da esfera das instituições estabelecidas”. Desse modo, é fora do âmbito de instituições sociais como o Estado, a família, a escola, etc., que se encontra o campo privilegiado de atuação dos movimentos sociais. Ao empreender uma crítica à sociedade e suas instituições através de suas pautas, ações, reivindicações, tais movimentos promovem mudanças sociais profundas, caracterizando-se assim como espaços de aprendizagem coletiva.

Nosso cotidiano encontra-se constantemente atravessado e alterado por diversas questões pautadas pelos movimentos sociais, que através da pressão e atuação coletiva, proporcionam um processo educativo de transformação nos valores da sociedade. Apesar de gradual, esse processo de mudança nos valores sociais pode ser visto de maneira prática, através, por exemplo, da consolidação de leis e projetos tais como a existência de políticas afirmativas para mulheres, negros (as), indígenas, pessoas com deficiência e idosos (as). Portanto, os movimentos sociais em sua luta pela transformação da sociedade, implicam um ato e um processo educativo, na medida em que promovem mudanças e transformações na realidade e no imaginário social, afetando direta e indiretamente a vida de todos e todas.

Caracterizados como espaços de construção coletiva de identidades e sociabilidade a partir da participação cotidiana de seus atores sociais, os movimentos sociais configuram-se em espaços não formais de aprendizagem coletiva. Dessa forma, na busca da construção de uma sociedade plural e democrática, os movimentos sociais proporcionam vivências que constituem-se em processos educativos coletivos para toda a sociedade. Essa passa por um processo de aprendizagem com os movimentos sociais quando esses colocam na ordem do dia suas lutas e reivindicações. Assim, afirma Gohn (2004, p.5) “todos militantes ou não, acabam passando pelo processo de aprendizagem proporcionado pelos movimentos sociais”.

Nesse sentido, podemos afirmar que os movimentos sociais possuem uma prática pedagógica própria e específica, de maneira muito distinta em relação à educação formal, visto que nesses movimentos, encontra-se presente uma concepção de educação bastante ampla e democrática, fora dos padrões da instituição escolar voltada para a transmissão conteudista de conhecimentos.

Com efeito, a educação nos movimentos sociais ocorre de maneira mais coletiva e democrática, afetando e influenciando sobremaneira o modelo de educação formal. Conforme aponta Arroyo (2003, p.30) “De alguma forma os movimentos sociais reeducam o pensamento educacional, a teoria pedagógica, a reconstrução da história da educação básica (...)”. Assim, esses movimentos acabam por influenciar e a repensar a educação formal.

Os movimentos sociais configuram-se, portanto, como verdadeiras escolas de formação de lideranças sociais e populares e como espaços coletivos de aprendizagem de direitos. Seu foco central da ação educativa e pedagógica é a formação e empoderamento de sujeitos sociais. Dessa forma, é pertinente ressaltar que a intervenção pedagógica dos movimentos sociais é distinta ou peculiar, pois encontra-se fundamentada e baseada na realidade e na experiência concreta dos sujeitos.

3. Delineamento Metodológico

O estudo baseia-se em pesquisa de campo realizada numa turma de 20 mulheres do Centro da Mulher Metropolitana Júlia Santiago em Brasília Teimosa (RPA 06) no âmbito do Curso de Formação Sociopolítica Cidadania e Direitos das Mulheres promovidos pela Secretaria da Mulher do Recife. O processo de pesquisa abrangeu

observação participante, aplicação de questionários e revisão de literatura sobre as temáticas de gênero, educação e pedagogia feminista. A observação participante ocorreu no âmbito dos processos formativos realizados no curso de formação. A revisão de literatura foi baseada na leitura de livros e artigos científicos acerca de gênero, educação e os escassos trabalhos relativos à pedagogia feminista.

O curso de formação sociopolítica Cidadania das Mulheres tem como objetivo promover o fortalecimento, empoderamento e a autonomia de 600 mulheres das 06 RPAS do Recife, buscando a participação ativa das mulheres em processos coletivos de decisão, com vistas à proposição de políticas públicas que visem à superação das históricas desigualdades de gênero.

Na implementação do curso, a parceira com organizações feministas para realização da formação sociopolítica se fez fundamental na medida em que estas possuem larga experiência na temática de gênero. Além disso, o quadro de educadoras é composto por educadoras feministas que conhecem a realidade local das mulheres e utilizam-se de dinâmicas e metodologia participativas e didática apropriadas que facilitam o processo de ensino aprendizagem de acordo com as demandas e especificidades das mulheres.

4. Apresentação e análise dos resultados

A pesquisa de campo abrangeu um total de 20 mulheres que frequentam o curso de formação sociopolítica Cidadania e Direito das Mulheres, na RPA06, no centro da Mulher Metropolitana Júlia Santiago no bairro de Brasília Teimosa.

O curso é uma iniciativa da Secretaria da Mulher do Recife, e objetiva estimular e promover, através da formação político feminista, o empoderamento e fortalecimento sociopolítico de 600 mulheres do Recife, a fim de que estas possam se tornar agentes multiplicadoras sobre os direitos das mulheres em suas comunidades.

Os conteúdos do curso de formação estão divididos em cinco módulos: (1) Gênero, (2) Raça, (3) Diversidade Sexual, (4) mulheres com deficiência e (5) fala pública. O primeiro módulo apresenta a trajetória do movimento feminista e o conceito de gênero, o segundo a trajetória histórica de luta das mulheres negras e sua condição de

dupla opressão devido às desigualdades de gênero e raça. Além disso, objetiva trabalhar o conceito de raça, o mito da democracia racial e políticas de ações afirmativas. O terceiro módulo versou sobre os conceitos de sexualidade e orientação sexual e a luta e direitos das mulheres lésbicas e demais segmentos LGBT no enfrentamento à homofobia, lesbofobia e transfobia. O quarto módulo trabalhou a trajetória de luta e os direitos das pessoas com deficiência, discutindo os preconceitos e desafios que as mulheres com deficiência enfrentam. O quinto e último módulo objetivou refletir sobre a representação da imagem da mulher na mídia, oferecer uma formação em comunicação e liderança feminista, treinamento em fala pública e em mídia advocacy na perspectiva dos direitos das mulheres.

A metodologia do curso objetivou a introdução de conteúdos a partir dos contextos e experiências concretas de vida das mulheres, adequando-os às suas necessidades e especificidades. A linha metodológica adotada abordou de maneira integrada os conteúdos, estimulando à participação das mulheres na construção coletiva do conhecimento e no processo de ensino-aprendizagem, caracterizando assim, um processo formativo de caráter pedagógico feminista. Segundo Tomaz Tadeu (2005):

“A pedagogia feminista preocupou-se, sobretudo, em desenvolver formas de ensino que refletissem os valores feministas e que pudesse formar um contraponto às práticas pedagógicas tradicionais, que eram consideradas como expressão de valores masculinos e patriarcais” (TOMAZ TADEU, 2005, p. 96).

No que se refere ao perfil do grupo pesquisado, a maioria se autodeclarou negra ou parda, com exceção de cinco mulheres que se auto intitularam brancas. Possuem faixa etária que varia dos 18 aos 60 anos e escolaridade que vai do ensino fundamental ao ensino superior completo. São residentes principalmente dos bairros de Brasília Teimosa, Pina e Ibura, mas também de Santo Amaro, Barro e Iputinga. Como ocupação, declararam ser donas de casa, estudantes de nível superior, pescadoras, marisqueiras, artesãs, professoras, educadora social e serviços gerais.

Das 20 mulheres entrevistadas, 12 afirmaram que nunca fizeram parte de algum coletivo, grupo ou associação e 8 informaram que fazem parte de clube de mães, associação de moradores de bairro, associação de pescadores e grupos religiosos.

As entrevistadas apontaram assim, a relevância desta formação sociopolítica para o seu processo de fortalecimento e autonomia, indicando que o curso ofereceu subsídios

para que elas possam atuar de forma mais empoderada na defesa dos direitos das mulheres, sendo multiplicadoras de saberes e conhecimentos em suas comunidades. Dessa forma, apontaram que formações como esta são fundamentais e estratégicas para estimular o protagonismo feminino, na medida em que atualizam e adquirem novos conhecimentos acerca de leis, direitos e outras questões que afetam a vida das mulheres, fortalecendo-as para enfrentar situações de machismo e violência de gênero em suas famílias e comunidades.

“É de muita importância, pois nos torna mais fortes em todos os assuntos inclusive a política. Conhecemos e aprendemos nossos direitos e nos fortalecemos sabendo enfrentar essa sociedade machista”. (Maria Paula, 18 anos, estudante).

“A importância da igualdade, de ser livre, da mulher ser o que ela quiser ser, viver da forma que ela quer viver sem que a sociedade crie estereótipos em cima disso”. (Amanda, 19 anos, estudante).

Nesse sentido, segundo as entrevistadas, esta formação ao proporcionar uma contextualização sobre o papel da mulher na sociedade e possibilitar a compreensão sobre os mecanismos pelos quais o machismo se perpetua, possibilita uma maior conscientização e mudança de postura no que se refere à luta pelos direitos coletivos das mulheres a fim de desconstruir a cultura machista e patriarcal e promover a equidade de gênero. Além disso, segundo elas, o curso além de possibilitar o empoderamento, sociopolítico, ensina valores como o amor próprio, a autoestima, a união e o respeito mútuo entre as mulheres.

Em relação à metodologia utilizada no âmbito do processo formativo, as entrevistadas apontaram que o diferencial encontra-se no estímulo à participação e protagonismo feminino e que os aprendizados se deram, sobretudo a partir da partilha de opiniões, histórias e experiências de outras mulheres. As rodas de diálogos, dinâmicas e debates proporcionaram um processo de ensino aprendizagem a partir da troca de experiências concretas de vida das mulheres em seus desafios e enfrentamentos cotidianos ao machismo e à violência de gênero.

“Achei muito dinâmico e diversificado. E o que mais gostei foi o respeito e a forma de deixar todas à vontade para participar e falar nas aulas”. (Manuelle 27 anos, estudante).

“A troca de ideais entra as mulheres uma ouvindo as histórias das outras e se fortalecendo”. (Maria Paula, 18 anos estudante).

“A metodologia aplicada é muito boa nos trás a realidade de uma forma dinâmica e esclarecedora”. (Taciana, 27 anos, educadora social).

“O diferencial é que o curso é humanizado, tem a participação de todas as mulheres”. (Elizângela 39 anos, artesã).

“Aqui os diálogos são muito respeitados e abertos, existe um sentimento de liberdade para relatar alguns acontecimentos”. (Amanda, 19 anos, estudante de Direito)

“Acredito que a troca de experiências tenha sido de grande importância, onde fui mudando e construindo pensamentos”. (Aucidênia, 30 anos, Estagiária).

Com efeito, verificou-se no âmbito da pesquisa realizada que a facilitadora, procurava utilizar-se sempre metodologias dinâmicas e participativas onde as mulheres eram sempre as protagonistas e sujeitos de seu próprio o processo formativo. Assim, através de diferentes estratégias como vídeos, rodas de diálogos, dinâmicas, debates, etc., a mediadora buscava estimular a participação, a fala e interação entre as mulheres, estimulando sempre a troca de saberes e experiências. De acordo com Tomaz Tadeu (2005, p. 97) “A pedagogia feminista tentava construir um ambiente de aprendizagem que valorizasse o trabalho coletivo, comunitário e cooperativo, facilitando o desenvolvimento de uma solidariedade feminina, em oposição ao espírito de competição e individualismo predominante na sala de aula tradicional”.

No que diz respeito aos principais aprendizados que o curso de formação sociopolítica proporcionou às mulheres, estas apontaram que este processo formativo lhes possibilitou acessar conhecimentos e saberes até então desconhecidos e inacessíveis e que lhes darão subsídios para atuarem como sujeitos protagonistas no enfrentamento ao machismo e às desigualdades de gênero. Ampliar a reflexão crítica acerca das relações de gênero permitiu um olhar mais atento às diferentes formas pelos quais o machismo se manifesta e se legitima. Assim, segundo as entrevistadas, a formação lhes proporcionou um maior fortalecimento, autonomia e empoderamento.

“O empoderamento da mulher, um olhar mais crítico sobre coisas do dia a dia que achamos banais. Poder observar que a mulher lutando ela consegue ser mais respeitada e que não deve se calar em nenhuma situação”. (Amanda, 19 anos, estudante de direito).

“Nos tornar cidadãs críticas na busca de autonomia e engajamento nas lutas dos movimentos e de políticas públicas para este segmento”. (Maria, 57 anos, professora aposentada).

“A partir do momento que você passa a conhecer seus direitos, você passa a saber se portar em determinadas situações. Eu não estou aprendendo apenas a lutar pelos direitos das mulheres e sim a COMO lutar, defender e passando a pensar em temas que antes não pensava, porque tais temas não fazem parte do meu dia-a-dia, aprendi a ser mais humana”. (Aucidênia, 30 anos, estagiária).

Nesse sentido, verifica-se que o processo pesquisa de campo possibilitou uma melhor compreensão de como se configura a pedagogia feminista, ou seja, um processo formativo que, a partir de uma perspectiva de gênero e de metodologias específicas que partem da experiência concreta de vida das mulheres, contribui para o processo de autonomia e empoderamento feminino. A estratégia educativa adotada no âmbito do curso de formação sociopolítica preconiza, portanto, uma perspectiva de educação dialógica e a emancipação das mulheres como sujeitos políticos atuantes na sociedade.

5. Considerações Finais

Diante do que foi exposto, verifica-se que a práxis educacional feminista, ao partir do conceito de gênero e da experiência de vida das mulheres na construção de sua proposta pedagógica, afirma o caráter político da educação, na medida em que configura-se como ato pedagógico voltado ao empoderamento, autonomia e organização política das mulheres com vistas à promoção da equidade de gênero.

Nesse sentido, ao buscar desenvolver uma prática pedagógica fora dos parâmetros tradicionais da educação formal e dos valores patriarcais de caráter racional, competitivo e individualista, a pedagogia feminista procura construir um ambiente de aprendizagem coletivo, baseado na solidariedade, aprendizado mútuo e troca de experiência entre as mulheres.

Dessa maneira, ao buscar desconstruir a lógica androcêntrica de construção do conhecimento, o movimento feminista em sua trajetória, buscou não apenas incluir as mulheres, historicamente escamoteadas do processo de educação formal, mas também rever, a partir da categoria gênero, a forma e o modo como esse saber estava sendo construído e pautado por valores masculinos, conforme aponta Tomaz Tadeu (2005, p.93) “O simples acesso pode tornar as mulheres iguais aos homens – mas num mundo ainda definido pelos homens”. Assim, a pedagogia feminista criou estratégias de aprendizagens fora dos parâmetros androcêntricos e baseado no empoderamento, emancipação e realidade das mulheres, reconhecendo-as como sujeitos do conhecimento.

Se num primeiro momento a educação esteve voltada para a submissão das mulheres no âmbito das instituições escolares, a partir do ensino de conteúdos que buscavam legitimar padrões tradicionais de gênero, onde à mulher era destinada a esfera doméstica/privada do cuidado com a casa e da maternidade, a pedagogia feminista preconiza a educação para a autonomia das mulheres atuarem nos espaços públicos, coletivos e decisórios de poder.

Dessa forma, verificou-se no âmbito da presente pesquisa que as práticas educacionais feministas com suas metodologias, conteúdos e didáticas específicas, onde as mulheres participam ativamente do seu processo de ensino aprendizagem, contribuem significativamente para o processo de autonomia, empoderamento e fortalecimento sociopolítico das mulheres, de modo que essas possam incidir na promoção da equidade de gênero na sociedade.

Além disso, ao partir da realidade e experiências das mulheres como condição de gênero subalterno no âmbito de uma sociedade machista e patriarcal, a pedagogia feminista busca a partir de uma perspectiva pedagógica transformadora, emancipatória, dialógica e horizontal, promover uma educação não sexista e libertadora, onde as mulheres são consideradas sujeitos políticos, autônomos, críticos e reflexivos, capazes de promover a transformação da sociedade.

Contudo, verifica-se ainda que contribuir com o empoderamento das mulheres numa perspectiva feminista mediante processos formativos, seja em ambientes formais, ou não formais, continua sendo um grande desafio. Há, portanto, uma demanda social latente de aprofundamento das reflexões sobre a equidade de gênero e, em especial, a elaboração de novas metodologias no sentido de garantir uma educação não sexista, não heteronormativa e não racista.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel. **Pedagogias em Movimento – o que temos a aprender dos movimentos sociais?**. Currículo sem fronteiras, v.3, n.1, pp 28-49, jan/jun 2003.

CARLOTO, Cássia. **Ruptura ou reforço da dominação: gênero em perspectiva** In: __Políticas públicas e igualdade de gênero / Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

GIDDENS, Anthony. **Revoluções e Movimentos Sociais. In__:**Sociologia. 2ª ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. (cap.18)

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais: espaço de aprendizagem coletiva.** (entrevista). In: Revista de Educação CEAP – Ano XII – N. 46- Salvador, set-nov/2004.

SCOTT, Joan. **“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”**. SOS Corpo. Recife, SOS Corpo, 1989. (PDF).

SILVA, Carmem. **Os sentidos da ação educativa no feminismo.** In: Experiências em pedagogia feminista/ Carmen Silva (Org.).- Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010. 128p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **As Relações de gênero e a pedagogia feminista.** In Documentos de identidade: uma introdução das teorias do currículo. 2.ed. 9 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. (pág 91 a 97)

SOARES, Vera. **Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes.** In: __Políticas públicas e igualdade de gênero / Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8)